

Prestação de Contas Ordinárias Anual  
Relatório de Gestão do Exercício de 2010





## Prestação de Contas Ordinárias Anual

### Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria-TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

.....  
Março | 2011  
.....



## Equipe diretiva do IFMS

### Reitoria

Reitor: Marcus Aurélius Stier Serpe

Secretária de Gabinete: Ana Gabriela Felix Ferreira

Coordenadora-Geral de Gestão de Pessoas: Cláudia Cazetta Jerônimo

Assessor de Desenvolvimento Institucional: Roberto Assad Pinheiro Machado

Assessor de Tecnologia da Informação: Julio Piccinini José Junior

Procuradora Federal: Marta Freire de Barros Refundini

### PROEN - Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação

Pró-Reitora de Ensino e Pós Graduação: Marcelina Teruko Fujii Maschio

### PROIN - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Paulo Marcos Esselin

### PROAD - Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitor de Administração: Ivan Ferreira Domingues

Diretora de Administração: Daniela Matte Amaro

### Diretores dos *campi*

Diretor-Geral do *Campus* Campo Grande: Joelson Maschio

Diretora-Geral do *Campus* Aquidauana: Delmir da Costa Felipe

Diretor-Geral do *Campus* Três Lagoas / Diretor Geral do *Campus* Corumbá: Luiz Simão Staszczak

Diretor-Geral do *Campus* Coxim: Ubirajara Cecilio Garcia

Diretor-Geral do *Campus* Nova Andradina: José Junio Rodrigues de Souza

Diretor de Administração do *Campus* Nova Andradina: Jarbas Magno Miranda

Diretor de Ensino e Pós-Graduação do *Campus* Nova Andradina: Márcio Lustosa Santos

### Comissão responsável pela elaboração do Relatório de Prestação de Contas 2010

Presidente: Roberto Assad Pinheiro Machado

Vice-Presidente: Luis Fernando Davanso Corte

Pró-Reitor de Administração: Ivan Ferreira Domingues

Pró-Reitora de Ensino e Pós-Graduação: Marcelina Teruko Fujii Maschio

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Paulo Marcos Esselin

Diretora de Administração: Daniela Matte Amaro

Programadora Visual: Wilmara Aparecida Rios

Assistente em Administração: Lidiane de Medeiros Barbosa



## I. Rol de responsáveis

### Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

UNIDADE GESTORA: 158132 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL					GESTÃO: 26415	
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS - TITULAR						
AGENTE: Marcus Aurélius Stier Serpe						
CARGO OU FUNÇÃO: REITOR DO IFMS						
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO DA GESTÃO		
Data: 08/01/2009	Ato/nº/ano Port. MEC 039/2009	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 08/01/2009	À data fim:	

UNIDADE GESTORA: 158132 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL					GESTÃO: 26415	
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE: ORDENADOR DE DESPESAS - SUBSTITUTO						
AGENTE: MARCELINA TERUKO FUJII MASCHIO						
CARGO OU FUNÇÃO: PRÓ-REITORA DE ENSINO E PÓS GRADUAÇÃO						
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO DA GESTÃO		
Data: 04/01/2010	Ato/nº/ano Port. 0001/2010	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 04/01/2010	À data fim:	

UNIDADE GESTORA: 158132 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL					GESTÃO: 26415	
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE: GESTOR FINANCEIRO - TITULAR						
AGENTE: IVAN FERREIRA DOMINGUES						
CARGO OU FUNÇÃO: PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO						
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO DA GESTÃO		
Data: 12/01/2010	Ato/nº/ano Port. 0002/2010	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 12/01/2010	À data fim:	

UNIDADE GESTORA: 158132 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL					GESTÃO: 26415	
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE: GESTOR FINANCEIRO - SUBSTITUTO						
AGENTE: DANIELA MATTE AMARO						
CARGO OU FUNÇÃO: DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO						
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO DA GESTÃO		
Data: 26/05/2010	Ato/nº/ano Port. 0087/2010	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 26/05/2010	À data fim:	

UNIDADE GESTORA: 158132 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL					GESTÃO: 26415	
NATUREZA DA RESPONSABILIDADE: RESPONSÁVEL PELO SETOR DE CONTABILIDADE						
AGENTE: DIOGO PEREIRA DE OLIVEIRA						
CARGO OU FUNÇÃO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE						
DESIGNAÇÃO	DOCUMENTO	EXONERAÇÃO	DOCUMENTO	PERÍODO DA GESTÃO		
Data: 23/11/2010	Ato/nº/ano Port. 0308/2010	Data:	Ato/nº/ano	Data início: 23/11/2010	À data fim:	



## Lista de quadros

- Quadro A.1.1 \_\_\_\_\_ Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.2.2 \_\_\_\_\_ Execução Física das ações realizadas pela UJ
- Quadro A.2.3 \_\_\_\_\_ Identificação das Unidades Orçamentárias
- Quadro A.2.4 \_\_\_\_\_ Programação de Despesas Correntes
- Quadro A.2.5 \_\_\_\_\_ Programação de Despesas Capital
- Quadro A.2.6 \_\_\_\_\_ Quadro Resumo da Programação de Despesas
- Quadro A.2.7 \_\_\_\_\_ Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
- Quadro A.2.8 \_\_\_\_\_ Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.9 \_\_\_\_\_ Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.10 \_\_\_\_\_ Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
- Quadro A.2.11 \_\_\_\_\_ Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.2.12 \_\_\_\_\_ Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.2.13 \_\_\_\_\_ Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
- Quadro A.4.1 \_\_\_\_\_ Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
- Quadro A.5.1 \_\_\_\_\_ Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.2 \_\_\_\_\_ Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.3 \_\_\_\_\_ Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.7 \_\_\_\_\_ Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.
- Quadro A.5.8 \_\_\_\_\_ Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- Quadro A.5.9 \_\_\_\_\_ Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- Quadro A.5.10 \_\_\_\_\_ Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra
- Quadro A.9.1 \_\_\_\_\_ Estrutura de controles internos da UJ
- Quadro A.10.1 \_\_\_\_\_ Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
- Quadro A.11.1 \_\_\_\_\_ Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- Quadro A.11.2 \_\_\_\_\_ Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
- Quadro A.11.3 \_\_\_\_\_ Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ
- Quadro A.12.1 \_\_\_\_\_ Gestão de TI da UJ
- Quadro A.15.1 \_\_\_\_\_ Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício
- Quadro A.15.2 \_\_\_\_\_ Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro A.15.3 \_\_\_\_\_ Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
- Quadro A.15.4 \_\_\_\_\_ Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
- Quadro B.1.1 \_\_\_\_\_ Declaração Plena do Contador
- Quadro C.7.1 \_\_\_\_\_ Indicadores de desempenho – Acórdão TCU 2267/2005 - Plenário



# Sumário

Introdução .....	13
Organograma funcional .....	19
<b>A . Conteúdo Geral.....</b>	<b>23</b>
1..... Identificação .....	25
1.1..... Relatório de Gestão Individual.....	25
2..... Objetivos e Metas Institucionais .....	26
2.1..... Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	26
2.2..... Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	29
2.3..... Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	29
2.3.1..... Execução física das ações realizadas pela UJ .....	29
2.4..... Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	31
2.4.1..... Programação Orçamentária da Despesa .....	31
2.4.1.1..... Programação de Despesas Correntes .....	31
2.4.1.2..... Programação de Despesas de Capital.....	32
2.4.1.3..... Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	32
2.4.1.4..... Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....	33
2.4.2..... Execução Orçamentária da Despesa.....	35
2.4.2.1..... Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ .....	35
2.4.2.1.1..... Despesas por Modalidade de Contratação .....	35
2.4.2.1.2..... Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	36
2.4.2.1.3..... Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....	37
2.4.2.2..... Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	38
2.4.2.2.1..... Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	38
2.4.2.2.2..... Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....	39
2.4.2.2.3..... Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação....	40
3..... Restos a pagar .....	41
3.1..... Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	41
4..... Informação sobre a composição de recursos humanos.....	41
4.1..... Composição do quadro de servidores ativos .....	41
4.2..... Quadro de custos de recursos humanos .....	44
4.3..... Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	46
5..... Controles internos.....	48
5.1..... Estrutura de controles internos da UJ.....	48
6..... Gestão ambiental.....	50
6.1..... Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	50
7..... Bens imóveis .....	51
7.1..... Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial .....	51
8..... Tecnologia da informação.....	52
8.1..... Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	52
9..... Órgãos de controle externo .....	54
9.1..... Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	54
9.2..... Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	55
9.3..... Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	56
9.4..... Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....	62
<b>B. Informações contábeis da gestão.....</b>	<b>63</b>
10..... Declaração do contador.....	65
10.1..... Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa .....	65
<b>C. Conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins.....</b>	<b>67</b>
11..... Indicadores de gestão .....	69
11.1..... Indicadores de desempenho dos IFETS nos termos do Acórdão TCU 2267/2005-Plenário .....	69
Resolução nº 001, de 28 de março de 2011 .....	71



## Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) integra o programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC).

O referido programa foi instituído pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou a Rede Federal composta por **38** Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

De acordo com a legislação, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com estrutura de organização e funcionamento semelhantes.

Em Mato Grosso do Sul, o Instituto Federal é formado por sete campi em implantação nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Coxim, Corumbá, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas.

No primeiro semestre de 2010, iniciaram as atividades no Campus Nova Andradina com a oferta de cursos técnicos integrados de nível médio, nas áreas de Informática e Agropecuária.

No segundo semestre, a Instituição abriu 604 vagas em cursos técnicos a distância (EAD) em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR), com transmissão via satélite para cinco municípios. Destinados aos estudantes que concluíram o ensino médio, os cursos em andamento são: técnico em Administração e técnico em Secretariado e Serviços Públicos.

Simultaneamente, a Instituição deu início às obras nos demais municípios em terrenos doados pelas respectivas prefeituras municipais. Para dar continuidade às ações, o IFMS dispunha em seu quadro 131 servidores, a maioria recém-empossados no segundo semestre, sendo 61 professores e 70 técnicos-administrativos. Para preenchimento do quadro, foram realizados três concursos públicos, sob a organização da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).



Os aspectos mais relevantes da gestão durante o exercício de 2010 constam neste relatório, que atende à Instrução Normativa TCU nº 63/2010, que traz as normas gerais sobre a prestação de contas e vale para os exercícios de 2010 em diante; a Decisão Normativa TCU nº 107/2010, que estabelece as unidades, os conteúdos e os prazos relacionados à elaboração dos relatórios de gestão de 2010; e a Portaria TCU nº 277/2010, que trata da estruturação de alguns conteúdos do relatório de gestão de 2010.

Na gestão de 2010 os esforços administrativos foram direcionados ao início das atividades nos demais campi da instituição. Embora as obras não estivessem prontas, a Instituição buscou parceiros, nas esferas municipal, estadual e federal, para a cessão de espaços provisórios no interior. Na capital, houve a necessidade de locação de imóvel em virtude da indisponibilidade de espaço físico pertencente ao poder público.

Para o primeiro semestre do ano subsequente, o Instituto irá oferecer nove opções de cursos técnicos de nível médio, além da educação a distância e o ensino superior.

Os cursos técnicos de nível médio, também conhecidos como ensino médio profissionalizante, são nas áreas de Agricultura, Agropecuária, Alimentos, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecânica, Metalurgia, Suporte e Manutenção em Informática, este último para a educação de jovens e adultos. Atendendo a comunidade dos sete municípios citados anteriormente com a oferta de 1360 vagas.

Pelo programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec-Brasil), do Ministério da Educação, a oferta será de 120 vagas nos cursos de educação profissional a distância nas áreas de Edificações e Automação Industrial, com aulas uma vez por semana, em duas escolas estaduais de Campo Grande.

Também na capital, será oferecido o primeiro curso superior da instituição. Os estudantes do curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet serão selecionados pelo Sisu 2011 (Sistema de Seleção Unificada), do MEC.

No ano de 2011, o desafio da gestão é implementar um modelo de educação profissional e tecnológica no Mato Grosso do Sul, por meio da oferta de um ensino público, gratuito e de qualidade.

A estrutura do Relatório de Gestão IFMS 2010 está organizada da seguinte maneira:

- A . Conteúdo Geral
- B . Informações Contábeis da Gestão
- C . Conteúdo específico por unidade  
jurisdicionada ou grupo de unidades afins



Alguns itens da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Anexo II, não foram contemplados porque não se aplicam, são eles:

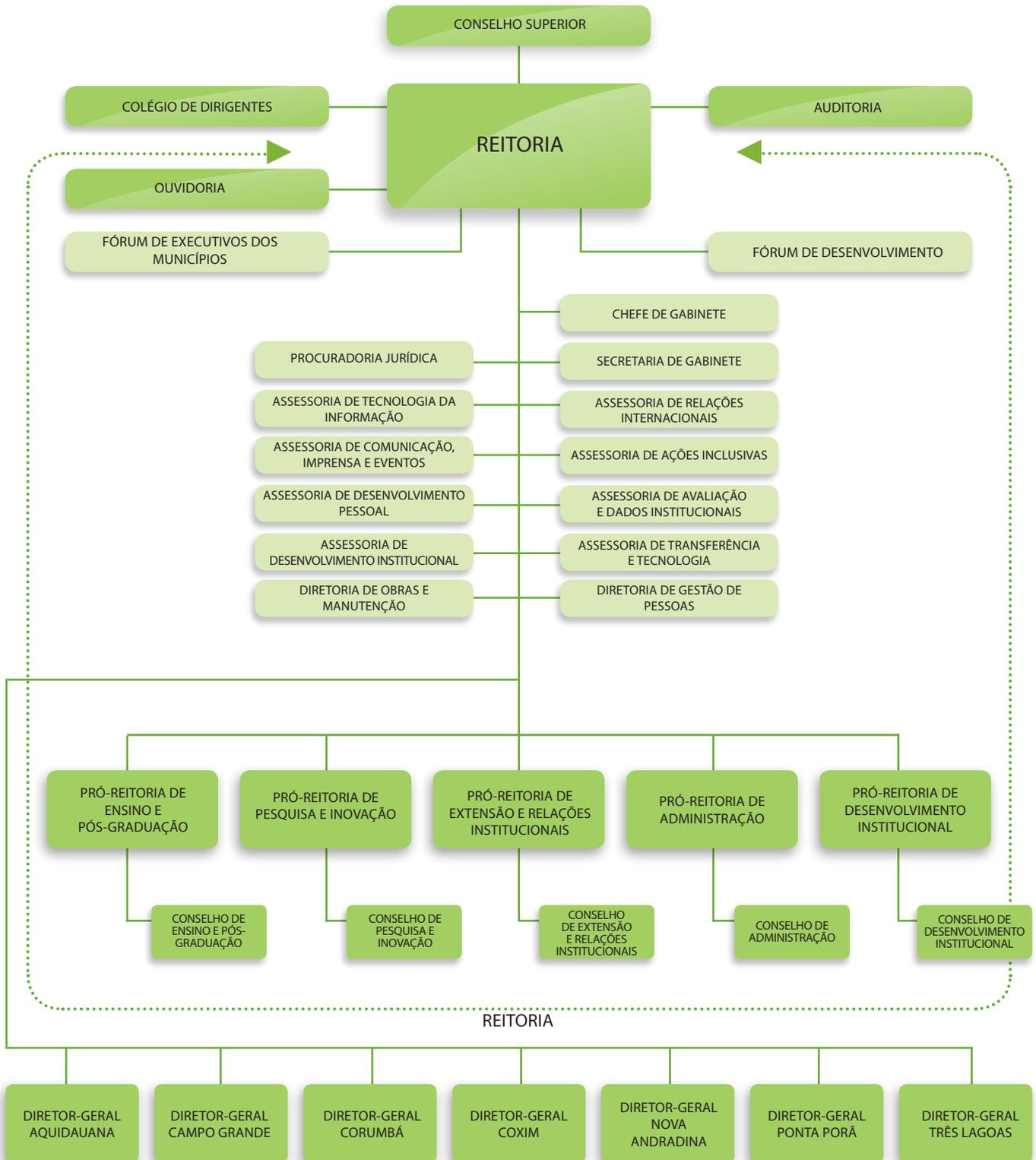
- Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
- Quadro A.14.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
- Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB
- Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro A.14.11 - Ações da RFB
- Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício
- Quadro B.1.2 - Declaração do Contador com Ressalva
- Quadro B.1.3 - Declaração Adversa do Contador
- Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social
- Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades
- Quadro C.1.1 - Relação dos partidos
- Quadro C.1.2 - Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário
- Quadro C.1.3 - Distribuição dos valores do fundo partidário aos partidos no exercício de 2010
- Quadro C.1.4 - Partidos que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
- Quadro C.1.5 - Partidos que NÃO prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência
- Quadro C.1.6 - Situação da prestação de contas das direções nacionais dos partidos
- Quadro C.1.7 - Julgamento das contas das direções nacionais dos partidos
- Quadro C.1.8 - Relação dos diretórios de partidos no Estado
- Quadro C.1.9 - Discriminação das cotas do Fundo Partidário recebidas pelos diretórios estaduais das direções nacionais dos partidos.
- Quadro C.1.10 - Diretórios estaduais que prestaram contas relativas ao exercício anterior ao de referência.
- Quadro C.1.11 - Diretórios estaduais que NÃO prestaram contas relativas ao exercício de 2009
- Quadro C.1.12 - Julgamento das contas dos diretórios estaduais dos partidos
- Quadro C.5.1 - Operações contratadas com riscos compartilhado e integral do fundo e do banco operador
- Quadro C.5.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas
- Quadro C.5.3 - Prejuízos contabilizados no exercício de 2010
- Quadro C.5.4 - Ressarcimentos efetuados pelo Banco Operador ao fundo no exercício de 2010, decorrentes de perdas em operações com risco compartilhado.
- Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no exercício de referência do relatório de gestão
- Quadro C.7.2 - Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002
- Quadro C.10.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira
- Quadro C.10.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ
- Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
- Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores
- Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da remuneração variável dos administradores
- Quadro C.16.1 - Consultores contratados na modalidade “produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais
- Quadro C.30.1 - Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no exercício de 2010

Itens da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Anexo II, que apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências, pelo fato do IFMS encontrar-se em implantação. São eles:

- Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010
- Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
- Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.
- Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse



# Organograma funcional





PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010



A

Conteúdo Geral



# 1. Identificação

## 1.1 - Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> MEC – Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			
<b>Denominação abreviada:</b> IFMS			
<b>Código SIORG:</b> 100904	<b>Código LOA:</b> 26415		<b>Código SIAFI:</b> 158132
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia do Poder Executivo Federal			
<b>Principal Atividade:</b> Educação			<b>Código CNAE:</b> Ensino Médio 85.20-1-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(067) 3042-5117	(067) 3043-1095	(067) 3042-5147
<b>E-mail:</b> reitoria@ifms.edu.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ifms.edu.br">http://www.ifms.edu.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Afonso Pena, 775, Bairro Amambaí, CEP 79.005-000 – Campo Grande – Mato Grosso do Sul			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 4 de 06 de janeiro de 2009 – Relação dos Campi que compõem cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			
Resolução nº 31 de agosto de 2009 – Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul;			
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
158449	Campus Campo Grande		
158452	Campus Nova Andradina		
158448	Campus Aquidauana		
158450	Campus Corumbá		
158451	Campus Coxim		
158453	Campus Ponta Porã		
158454	Campus Três Lagoas		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
---	-----		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158449		26415	
158452		26415	

## 2. Objetivos e Metas Institucionais

### 2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), do Ministério da Educação (MEC). Possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A organização e o funcionamento do IFMS estão disciplinados pelo seu Estatuto, publicado no Diário Oficial da União, de 02 de setembro de 2009. Em seu art.1º, § 2º, o Instituto Federal é definido como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Em resumo, as finalidades da Instituição são desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo; orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais; promover a extensão, aberta à participação da comunidade, e a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

Em 2010, tomaram posse os primeiros servidores da Instituição lotados em Nova Andradina, primeiro campus a entrar em funcionamento em sede própria. Professores e técnicos-administrativos foram selecionados mediante concurso público realizado no ano anterior, organizado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, até então tutora do Instituto.

Para que fosse possível dar início às atividades nas demais unidades, foram realizados ainda outros dois concursos, sendo um para docentes e outro para técnicos-administrativos, que selecionou os servidores para atuarem nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. A execução destes concursos ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Este concurso abriu 129 vagas de técnico-administrativo e 138 vagas para docentes, os quais viriam a ser distribuídos entre os campi de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas. Foram recebidas 19.921 inscrições, sendo que destas, 2.372 corresponderam àqueles que visavam às vagas de docentes. Os 464 candidatos aprovados na prova escrita realizaram a prova de desempenho didático no mês de junho, em Campo Grande. A banca examinadora foi composta por 68 professores da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), organizadora do concurso.

Mesmo com a realização desses concursos públicos, o IFMS enfrentou dificuldades para preencher algumas vagas para docentes. Com isso, a alternativa foi realizar processos seletivos para professores substitutos. Por essa razão, em Nova Andradina foram oferecidas quatro vagas temporárias nas áreas de Artes, Filosofia, Matemática e Sociologia. Com o não preenchimento das vagas nas áreas de Artes e Sociologia, o IFMS realizou novo processo seletivo.

Com o quadro de servidores ainda em formação, o IFMS abriu 160 vagas nos cursos técnicos de nível médio integrado para as áreas de Informática e Agropecuária, no Campus Nova Andradina. Para atender aos alunos no segundo semestre de 2010, o IFMS adquiriu dois ônibus escolares, pelo programa

Caminhos da Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Cada veículo tem a capacidade para 57 passageiros e foram destinados ao transporte de alunos do Campus Nova Andradina, localizado a 23 quilômetros do município.

Os alunos do Campus Nova Andradina foram selecionados pelo Programa de Iniciação Científica Junior, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de despertar a vocação científica mediante a participação em atividades de pesquisa e extensão.

Os projetos de apicultura, adubação e implantação de pastagens estão em andamento na própria escola. Já a cadeia produtiva de ovinos irá beneficiar produtores da região. No total, foram selecionados 18 projetos. Cada aluno, sob a orientação de um professor da instituição, deveria dedicar 4 horas semanais às atividades, sem que isso prejudicasse o desempenho dentro da sala de aula. Todos receberam uma bolsa de estudo no valor de R\$ 100,00 durante 12 meses. A seleção foi feita pela FUNDECT, em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul.

Na área de tecnologia da informação, estão os estudos voltados ao desenvolvimento e difusão de material pedagógico no campo das exatas, a aplicação de recursos tecnológicos na educação, o grupo de estudos e desenvolvimento de softwares para internet. Com a participação de alunos, todos os projetos são orientados por professores da Instituição.

Nos campi Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim e Ponta Porã foram ofertadas vagas em cursos técnicos a distância de Administração, Secretariado e Serviços Públicos, na modalidade subsequente, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e com apoio de algumas prefeituras de Mato Grosso do Sul.

O processo seletivo para os referidos cursos técnicos subsequentes a distância abriu 604 vagas e registrou o total de 5.418 inscrições. O curso mais procurado foi o Técnico em Administração no Campus Corumbá, com 1.112 inscritos.

Os cursos têm duração de dois anos e estão organizados por módulos, sendo que cada módulo é composto por duas etapas. As aulas virtuais são ministradas pela equipe pedagógica do IFPR e a tutoria presencial é realizada por docentes e técnicos do IFMS aprovados no concurso público.

Com início em 14 de setembro, cada curso conta com uma aula presencial-virtual por semana, transmitida via satélite pelos estúdios do IFPR e recebida nas telessalas do IFMS em cada uma dessas cinco cidades. As aulas do curso de Administração ocorrem às terças-feiras, as do curso de Secretariado às quintas-feiras e as do curso de Serviços Públicos, às sextas-feiras.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul marcou presença na 3ª edição dos jogos dos institutos federais, que reuniu mais de dois mil atletas de todo o país em Brasília. A delegação do estado foi formada por dois estudantes do Campus Nova Andradina, que disputaram nas modalidades individuais.

O IFMS se fez presente nos principais debates nacionais acerca da Educação Profissional e Tecnológica, a exemplo da discussão das diretrizes para a educação profissional técnica de nível médio em Brasília, nos dias 05 e 06 de maio, no auditório do Ministério da Educação. O seminário reuniu representantes das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Nos dias 23 e 24 de junho de 2010, o IFMS participou do I Encontro das Escolas de Educação Profissional de Fronteira, em Porto Alegre (RS), promovido pelo Ministério da Educação. Nesse evento, foram apresentadas as possibilidades de implantação de escolas binacionais a partir de um instituto federal existente. São dez estados e oito países com potencial de receber os cursos técnicos, material bilíngue e aulas de idioma. O “Diagnóstico socioeconômico-cultural e as potencialidades do IFMS para desenvolvimento da Escola de Fronteira” foi apresentado pelo IFMS. No Mato Grosso do Sul, estão em fase de implantação o Campus Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai, e o Campus Corumbá, na divisa com a Bolívia.

Com todas as dificuldades de uma instituição recém-criada, tais ações foram desenvolvidas com o firme propósito de atender à comunidade local no que fosse possível dentro das limitações do IFMS no momento.

As ordens de serviço das obras em Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas foram emitidas no mês de janeiro. No entanto, foi registrado um atraso significativo no seu início efetivo devido às chuvas intensas e às dificuldades logísticas enfrentadas pelas empresas licitadas. Em relação às obras em andamento, em Campo Grande a ocorrência de chuvas intensas em dois meses no início do ano de 2010 interrompeu a execução da obra neste período. Outro fator preponderante a considerar em relação ao atraso na conclusão da obra deste campus refere-se à necessidade de alterar o tipo de estaca, cujo projeto previa inicialmente a utilização de escavação, que foi substituída pelo tipo pré-moldada, devido a especificidades encontradas no solo. Ressalta-se que foram realizadas as devidas sondagens, de acordo com normas vigentes, por amostragem; porém, pela extensão da obra, as características localizadas em partes do terreno não foram detectadas neste estudo.

O Campus Nova Andradina tem natureza agrícola e dista 23 km do município. Tal dificuldade de acesso, peculiarizada pela ausência de estrada com pavimentação asfáltica dificultou à empresa responsável pela obra o suprimento de mão de obra para o desenvolvimento da obra; ainda, tais características tornam moroso o deslocamento de materiais e pessoas. A via, em condição climática e de drenagem desfavoráveis, também impede a secagem total da estrada, impedindo o tráfego uniforme da cidade para o campus. Outra dificuldade apontada foi a distância entre os blocos no interior do campus.

O início das atividades escolares no ano seguinte, mesmo que em locais provisórios, demandou a realização de exames de seleção de alunos nos sete municípios. Foram abertas 1.360 vagas no ensino médio profissionalizante; 120 pelo programa de educação profissional a distância, do programa e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil), do MEC. Além de 80 vagas no ensino superior a serem preenchidas pelo Sistema de Seleção Unificada – Sisu 2011.

Entre as dificuldades enfrentadas no corrente ano podemos citar: a incipiente formação do quadro de servidores, que limitou nossa capacidade de execução devido à falta de experiência tanto profissional quanto no serviço público federal; o período de transição da tutoria da UTFPR no que diz respeito à gestão de pessoas, rotinas administrativas, licitações e contratos; a prorrogação dos prazos de entrega nas obras em andamento, que levou à necessidade de encontrar espaços físicos provisórios; e o atraso na liberação de determinados códigos de vaga pelo Ministério da Educação.

As ações realizadas no âmbito da instituição no ano de 2010 estão descritas neste Relatório de Gestão. Em pleno funcionamento, o IFMS pretende constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico.

## 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Tendo sido criado legalmente em dezembro de 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) passou por uma readequação do processo de instalação no Estado, uma vez que se previam inicialmente apenas duas unidades, sendo uma em Campo Grande e outra em Nova Andradina.

Com a lei de criação dos Institutos Federais, a proposta foi ampliada a outros cinco municípios, o que demandou novas estratégias institucionais e de execução, que passou inclusive pela redefinição dos terrenos doados pelas prefeituras municipais para a instalação das unidades, além da discussão junto à comunidade sobre a oferta de cursos mediante a realização de reuniões e audiência públicas.

Destaca-se que num processo de implantação, as organizações devam construir mecanismos de diálogo e acompanhamento constante a fim de cumprir as responsabilidades institucionais, bem como realizar as devidas correções de fluxo para redirecionar suas ações.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMS para o ano de 2010 foi elaborado levando-se em consideração as condições ideais inicialmente previstas com os quadros de servidores preenchidos.

No entanto, as vagas para docentes foram redistribuídas para a Instituição pela Portaria do Ministério da Educação nº 368, de 30 de março de 2010, o que acarretou a realização do concurso público no mês de maio para preenchimento do quadro em Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. Consequentemente, houve a impossibilidade de início das atividades ainda no primeiro semestre. As primeiras nomeações só foram realizadas a partir de setembro.

Pela Portaria do MEC nº 1.110, de 03 de setembro de 2010, foram redistribuídas as vagas dos cargos técnico-administrativos que passaram a ser nomeados a partir desta data, comprometendo o início das atividades no segundo semestre. Durante esse período, é importante registrar os esforços da Instituição ao solicitar providências urgentes ao Ministério da Educação quanto à liberação das vagas.

## 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1 Execução física das ações realizadas pela UJ

## Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
12	363	1062	1H10	Projeto	3	Unidade	7	7	7
12	363	1062	2992	Atividade	4	Unidade	320	250	1320
12	363	1062	6301	Atividade	4	Unidade	1050	900	7000
12	363	1062	6358	Atividade	4	Unidade	70	12	150
12	363	1062	8650	Atividade	3	Unidade	1	1	8
09	272	0089	0181	Operações Especiais	4	Unidade	1	-	-
12	301	0750	2004	Atividade	4	Unidade	28	63	50
12	365	0750	2010	Atividade	4	Unidade	27	18	15
12	331	0750	2011	Atividade	4	Unidade	26	54	50
12	306	0750	2012	Atividade	4	Unidade	16	115	50
12	301	0750	20CW	Atividade	4	Unidade	9	-	50

Fonte: SIMEC; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – Anexo I – Prioridades e Metas; Orçamentos da União – Exercício Financeiro 2010 – Vol. V

## Análise Crítica:

1. Relativo às ações acima elencadas, foram alcançadas as metas das ações **12.363.1062.1H10 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica** e **12.363.1062.8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**.

2. Quanto àquelas que superaram a previsão, relacionamos as ações desenvolvidas dentro do programa 0750: **12.301.0750.2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**, **12.331.0750.2011 – Auxílio-transporte aos Servidores e Empregados** e **12.306.0750.2012 – Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados**, tratando-se dos benefícios dos servidores, o que não poderia ser diferente, pois ao longo do exercício, novas chamadas foram providenciadas à medida que os códigos de vagas eram disponibilizados pelo sistema, aumentando o número de servidores do quadro institucional, conseqüentemente aumentando a folha de pagamento com reflexo nos benefícios, exceto as ações **12.365.0750.2010 – Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**, dado que depende de filhos em idade escolar para percepção do benefício, e **12.301.0750.20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exame Periódico**, que não foi executada já que os servidores recém admitidos haviam apresentado seus exames médicos e foram avaliados por médico da medicina do trabalho.

3. As metas não atingidas compõem as ações que tratam da manutenção das atividades – **12.363.1062.2992** Funcionamento da Educação Profissional, da aquisição de livros – **12.363.7062.6301** Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e da capacitação dos servidores – **12.363.7062.6358** Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional.

**4. Ação 12.363.1062.2992 - Funcionamento da Educação Profissional** - Considerando que o IFMS encontra-se em processo de implantação, o espaço físico de que dispõe o *Campus Nova Andradina* ainda é deveras insuficiente para atender a 320 estudantes; para tanto seriam necessárias mais salas de aula, as quais encontram-se em processo de ampliação. Outro fator muito importante a ser considerado é que o aumento do número de vagas resultaria na abertura de mais uma turma, mas o número de professores disponíveis não atenderia a essa demanda. Pelos motivos acima expostos procura-se justificar a abertura de vagas inferior a meta pré-estabelecida para o *Campus Nova Andradina*.

**5. Ação 12.363.7062.6301 – Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional** - A meta não foi alcançada dadas as dificuldades de aquisição com os processos licitatórios, tendo sido conclusos apenas no período em que não mais se podia emitir as Notas de Empenho, ficando os processos para continuidade no exercício de 2011.

**6. Ação 12.363.7062.6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional** – O quantitativo de servidores foi crescente no ano de 2010, e mais significativamente no segundo semestre. Assim, a execução da ação ficou prejudicada, já que a entrada de servidores teve seu número maior só a partir de outubro.

**7. Ação 09.272.0089.0181 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis** – Não houve ocorrência, por tratar-se de uma Instituição em implantação.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	26415	158132

#### 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		9.799.650,00	119.600,00			2.079.632,00	2.252.614,00
CRÉDITOS	Suplementares			506.000,00				345.128,00
	Especiais	Abertos					238,00	
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		-7.000.000,00						
Outras Operações								
Total		2.799.650,00	625.600,00			2.079.870,00	2.597.742,00	

Fonte: SIAFI

## 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	1.568.000,00	33.128.796,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>1.568.000,00</b>	<b>33.128.796,00</b>				

Fonte: SIAFI

## 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	11.879.282,00	2.372.214,00	1.568.000,00	33.128.796,00		
CRÉDITOS	Suplementares			851.128,00			
	Especiais	Abertos	238,00				
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		-7.000.000,00				
Outras Operações							
<b>Total</b>		<b>4.879.520,00</b>	<b>3.223.342,00</b>	<b>1.568.000,00</b>	<b>33.128.796,00</b>		

Fonte: SIAFI

## 2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158132	12363106229920054			534.543,67
	Recebidos	158452	12363106229920054			372.596,69
	Concedidos	158132	12363106263580054			160,00
	Recebidos	158449	12363106229920054			161.946,98
	Concedidos	158132	12363106286500054			484.174,38
	Recebidos	158452	12363106263580054			160,00
Movimentação Externa	Recebidos	158452	12363106286500054			484.174,38
	Concedidos	153019	12122107309HB0001	458.000,00		
	Recebidos	158132	2122107309HB0001	458.000,00		
	Concedidos	153019	1236410734009004	2.806.918,28		
	Recebidos	158132	12354107340090041	2.806.918,28		
	Concedidos	150016	12363106263580001			46.213,75
	Recebidos	158132	12363106263580001			46.213,75
	Concedidos	150016	12363106263800001			454.472,62
	Recebidos	158132	12363106263800001			454.472,62
	Concedidos	150016	12363106286500001			243.633,15
	Recebidos	158132	12363106286500001			243.633,15
	Concedidos	153019	12301075020040041			38.400,00
	Recebidos	158132	12301075020040041			38.400,00
	Concedidos	153019	1230607502012004			240.127,70
	Recebidos	158132	1230607502012004			240.124,70
	Concedidos	153019	12331075020110041			121.459,82
	Recebidos	158132	12331075020110041			121.459,82
	Concedidos	153019	1236410734009004			3.680,00
	Recebidos	158132	12364107340090041			3.680,00
	Concedidos	153019	12365075020100041			4.954,13
Recebidos	158132	12365075020100041			4.954,13	
Concedidos	153173	12363106282520001			8.328,00	
Recebidos	158132	12363106282520001			8.328,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158132	1236310621H100054	31.200.459,51		
	Recebidos	158449	1236310621H100054	31.200.459,51		
	Concedidos	158132	1236310621H100054	5.905,00		
	Recebidos	158452	1236310621H100054	5.905,00		
	Concedidos	158132	12363106263010054	14.022,72		
	Recebidos	158452	12363106263010054	14.022,72		
	Concedidos	158132	12363106286500054	109.673,32		
	Recebidos	158452	12363106286500054	109.673,32		
Movimentação Externa	Concedidos	150016	12363106263800001	1.612.600,00		
	Recebidos	158132	12363106263800001	1.612.600,00		
	Concedidos	150016	12363106286500001	1.000.000,00		
	Recebidos	158132	12363106286500001	1.000.000,00		
	Concedidos	153173	12363106282520001	147.960,80		
	Recebidos	158132	12363106282520001	147.960,80		

Fonte: SIAFI

### Análise dos quadros A.2.3 a A.2.7

No Quadro A.2.3 identificamos o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, com códigos para Unidade Orçamentária (UO 26415) e Unidade Gestora Orçamentária (UGO 158132). Estes códigos servem para uso no Sistema de Administração Financeira – SIAFI, onde se registram todas as operações orçamentárias, contábeis e financeiras das unidades que compõem o governo federal.

É, pois, por meio do SIAFI que estão disponibilizadas as dotações orçamentárias autorizadas em lei, os créditos orçamentários oriundos de transferências e onde são realizadas todas as operações necessárias aos pagamentos dos compromissos assumidos, com vistas ao alcance das metas propostas para a realização da finalidade do Instituto.

Nos Quadros A.2.4 a A.2.6 registramos de forma resumida a disponibilidade orçamentária por origem dos créditos distribuídos por grupo de despesa, correntes (quadro A.2.4), capital (A.2.5) e consolidado (A.2.6), oriunda diretamente das Leis Orçamentárias ou vindas de Créditos Suplementares, nos exercícios de 2009 e 2010.

Da análise dos quadros percebe-se uma variação expressiva no tocante ao Pessoal e Encargos Sociais. Reflete o início da implantação do Instituto, criado pela Lei 11.892/2008, somente ao longo do exercício de 2009, considerando que pelo mês de outubro começa a receber os primeiros servidores para a formação do seu quadro permanente. A Proposta Orçamentária para 2010 ocorreu no primeiro semestre de 2009, e acreditamos que a projeção e autorização por parte dos Órgãos Setorial e Central do Sistema de Planejamento e Orçamento deva ter levado em consideração a demora por parte do MEC e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) na definição provimento dos servidores, encaminhando para a PLOA2010 valores bem aquém da LOA2009 alocados para as unidades formadoras do IFMS, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul (ETFMS) e Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina (EAFNA).

Para o grupo de despesas denominado Outras Despesas Correntes, nota-se valores próximos, o que denota um acerto na autorização.

E, por estar em implantação é bem razoável que as despesas de Capital sobressaíam, com grandes variações, pois neste grupo enquadram-se os valores destinados às Obras e Instalações, que permitem a construção dos blocos de edifícios que comporão cada unidade destinada ao desenvolvimento das atividades de ensino, salas de aulas, laboratórios e complementares. Afinal, serão sete *campi*: um na capital e os demais distribuídos pelo interior do estado, a saber: Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas.

O Quadro A.2.7 apresenta a movimentação orçamentária (interna e externa) por grupo de despesa. A movimentação interna retrata a descentralização ocorrida com o Orçamento da UG 158132 para as UG's 158449-IFMS (*Campus* Campo Grande) e 158452-IFMS (*Campus* Nova Andradina) para execução dentro dessas unidades, já que essas UG's tiveram origem nas UG 158031(ETFMS) e 158047(EAFNA), recebendo os saldos de 2009, e onde havia contratos vigentes.

A movimentação externa, que tem sua origem fora do Orçamento do Instituto, ou seja, originam-se nas Unidades Gestoras, que de alguma forma transferiram crédito para o desenvolvimento de ações dentro do Instituto, tem sua maior soma oriunda da UG 153019 – UTFPR, até fins do exercício de 2010 tutora na implantação do Instituto. Esses valores vieram dar cumprimento ao pagamento da folha, já que o Orçamento do IFMS foi insuficiente.

Em seguida, duas outras UG (158016 – MEC/SETEC e 158173 – FNDE) ajudaram a compor o orçamento do Instituto ao descentralizar créditos para auxílio na implantação do IFMS na forma estrutural (manutenção e investimento, com valores significativos), esses oriundos do orçamento da SETEC/MEC; e do orçamento do FNDE valores que possibilitaram iniciar programas do e-TEC BRASIL, em parceria com a Secretaria do Estado da Educação de responsabilidade da Secretaria de Ensino a Distância (SEED) do MEC, com a montagem dos cursos dentro do exercício de 2010 (segundo semestre) e início das aulas programado para o início de 2011. Os cursos programados são: Técnico em Edificações e Curso Técnico em Automação Industrial, todos na capital do estado.

## 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

## 2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

## 2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>	<b>206.036,87</b>	<b>17.104.930,22</b>	<b>197.431,61</b>	<b>16.201.981,57</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência		16.128.826,47		15.230.116,24
Pregão	206.036,87	976.103,75	197.431,61	971.865,33
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>143.460,81</b>	<b>370.052,95</b>	<b>143.460,81</b>	<b>370.052,95</b>
Dispensa	141.711,45	358.129,86	141.711,45	358.129,86
Inexigibilidade	1.749,36	11.923,09	1.749,36	11.923,09
<b>Regime de Execução Especial</b>		<b>27.239,52</b>		<b>27.239,52</b>
Suprimento de Fundos		27.239,52		27.239,52
<b>Pagamento de Pessoal</b>	<b>97.591,44</b>	<b>391.176,74</b>	<b>97.591,44</b>	<b>391.176,74</b>
Pagamento em Folha		198.045,39		198.045,39
Diárias	97.591,44	193.131,35	97.591,44	193.131,35
<b>Outros</b>	<b>75.147,96</b>	<b>109.747,38</b>	<b>75.147,96</b>	<b>109.259,82</b>

Fonte: SIAFI

## 2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>		<b>198.045,39</b>		<b>198.045,39</b>				<b>198.045,39</b>
11. Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		176.049,79		176.049,79				176.049,79
13. Obrigações Patronais		21.995,60		21.995,60				21.995,60
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>	<b>1.090.212,80</b>	<b>1.718.629,49</b>	<b>459.218,58</b>	<b>1.202.019,98</b>	<b>630.994,22</b>	<b>516.609,51</b>	<b>450.613,32</b>	<b>1.197.294,00</b>
30. Material de Consumo	208.630,27	207.322,85	14.045,26	130.153,82	194.585,01	77.169,03	5.440,00	130.153,82
36. Outros Serviços de Terceiros PJ – Op. Int. Orc.	226.934,58	515.237,27	98.459,73	323.534,81	128.474,85	191.702,46	98.459,73	319.296,39
37. Locação de Mão de Obra	231.914,88	608.678,64	94.314,89	404.759,29	137.599,99	203.919,35	94.314,89	404.759,29
Demais elementos do grupo	422.733,07	387.390,73	252.398,70	343.572,06	170.334,37	43.818,67	252.398,70	343.084,50

Fonte: SIAFI

## 2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 – Investimentos</b>	<b>1.444.880,70</b>	<b>32.945.672,44</b>	<b>63.018,50</b>	<b>16.603.081,44</b>	<b>1.381.862,20</b>	<b>16.342.691,00</b>	<b>63.018,50</b>	
51 - Obras e Instalações – Op. Int. Orc.	885.966,20	31.200.459,51		16.128.826,47	885.966,20	15.071.633,04		15.230.116,24
52 - Equip. e Material Permanente – Op. Intra-Orc.	558.914,50	1.745.212,93	63.018,50	474.254,97	495.896,00	1.270.957,96	63.018,50	474.254,97
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

## Análise crítica

Os Quadros A.2.8 a A.2.10 apresentam a execução orçamentária dos créditos disponibilizados pela Lei Orçamentária e dos créditos suplementares ocorridos durante os exercícios.

A.2.8 O primeiro quadro apresenta a execução por modalidade de contratação, destacando-se a concorrência como a principal, visto que com a implantação o maior volume dos créditos destinam-se

aos investimentos iniciais, ou seja, a construção dos prédios que alojarão as unidades administrativas, de ensino, laboratoriais e complementares.

Nos Quadros A.2.9 e A.2.10, destacam-se as despesas de Restos a Pagar não Processados, com valores significativos registrados para o grupo de despesas designado como despesas de capital, mantendo a coerência pela implantação do Instituto, valores reservados às obras das unidades, para honrarmos os compromissos.

## 2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 - despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>	<b>1.050.428,50</b>	<b>206.211,04</b>	<b>1.050.428,50</b>	<b>201.803,35</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	447.204,50		447.204,50	
Pregão	603.224,00	206.211,04	603.224,00	201.803,35
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>1.818.069,00</b>		<b>1.818.069,00</b>	
Dispensa	1.818.069,00		1.818.069,00	
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamento de Pessoal</b>		<b>3.569.521,08</b>		<b>3.569.521,08</b>
Pagamento em Folha		3.557.092,56		3.557.092,56
Diárias		12.428,52		12.428,52
<b>Outras</b>	<b>39.211,73</b>	<b>148.780,83</b>	<b>39.211,73</b>	<b>129.083,40</b>

Fonte: SIAFI

## 2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>		<b>3.209.969,75</b>		<b>3.209.969,75</b>				
11. Vencimentos e vantagens fixas – pessoas físicas		2.653.869,89		2.653.869,89				2.653.869,89
13. Obrigações Patronais		500.543,18		500.543,18				500.543,18
4. Contratação por tempo determinado		55.556,68		55.556,68				55.556,68
Demais elementos do grupo								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>		<b>1.066.660,16</b>		<b>714.543,20</b>		<b>476.657,14</b>		<b>565.897,90</b>
37. Locação de Mão de Obra		550.000,00		201.803,35		348.196,65		201.803,25
46. Auxílio-Alimentação		240.124,70		240.124,70				240.124,70
49. Auxílio-Transporte		120.049,54		120.049,54				120.049,54
Demais elementos do grupo		156.485,92		152.565,61		128.460,49		3.920,31

Fonte: SIAFI

### 2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>		<b>2.760.560,80</b>				<b>2.760.560,80</b>		
52. Equip. e material permanente – op. Intra-orc.		1.760.560,80				1.760.560,80		
51. Obras e instalações – op. Int. orc.		1.000.000,00				1.000.000,00		
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

#### Análise crítica

Os Quadros A.2.11 a A.2.13 trazem informações referentes à execução orçamentária dos créditos descentralizados por outras UJ externas, e que vieram em complemento ao Orçamento do Instituto, possibilitando o pagamento da folha e abertura de novas frentes de trabalho, como a implantação de cursos dentro do programa e-TEC BRASIL.

Ressalta-se como destaque os valores destinados ao compromisso com a folha de pagamento dos servidores.

### 3. Restos a pagar

#### 3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.138.635,53	12.579,35	956.036,42	170.019,76
2008				
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
...				

Fonte: SIAFI

#### Análise Crítica

No exercício de 2010, feitas as análises das inscrições de Restos a Pagar, deixou-se ativos apenas os empenhos que de fato não puderam ser cumpridos no período fiscal.

### 4. Informação sobre a composição de recursos humanos

#### 4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provitimento de cargo efetivo</b>	<b>397</b>	<b>113</b>	<b>106</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>	<b>385</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>11</b>
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	384	100	100	11
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.4.1 Cedidos	1	1	1	0
1.4.2 Removidos	5	5	0	0
1.4.3 Licença remunerada	2	2	2	0
1.4.4 Licença não remunerada	1	1	0	0
<b>2 Provitimento de cargo em comissão</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	3	3	2	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	11	11	3	0
2.2.4 Sem vínculo	1	1	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
<b>2.3 Funções gratificadas</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2	2	2	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>3 Total</b>	<b>415</b>	<b>131</b>	<b>112</b>	<b>12</b>

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>60</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>3</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	57	29	15	2	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	2	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	1	0	1	0
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	7	5	4	0
2.3. Funções gratificadas	1	1	0	0	0

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.3 - Composição do quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	-	-	<b>18</b>	<b>36</b>	<b>27</b>	<b>31</b>	<b>6</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	16	32	24	29	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	2	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	2	2	3	2	
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>2</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	2	6	5	2
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	2	-	-

## Legenda

## Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

## 4.2 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>							
2008							
2009							
2010							
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>							
2008							
2009							
2010	1.250.506,92	361.276,40	643.897,58	9.293,87	347.556,39		2.612.531,16
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>							
2008							
2009							
2010		40.957,81		189,98	9.849,95		50.997,74
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>							
2008							
2009							
2010	24.469,83	11.220,13	18.821,84	2.259,18	7.514,75		64.285,73
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>							
2008							
2009							
2010							
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>							
2008							
2009							
2010	17.412,88	391.956,20	66.252,71	11.959,12	14.232,25		501.813,16
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>							
2008							
2009							
2010	22.436,22		15.714,65	6.039,23	3.952,00		48.142,10

Fonte: SIAPE e Relatório de Gestão 2009.

Obs: Não foram colocados valores para o ano de 2009, pois não havia quadro próprio de servidores, sendo que os recursos disponibilizados foram devolvidos, conforme informado no Relatório de Gestão

2009, elaborado pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Com relação aos oito servidores recebidos em cessão para Cargo Comissionado (UTFPR e UFMS), aos dois servidores recebidos para acompanhamento de cônjuge (UTFPR), ao Cargo em Comissão (sem cessão) e às quatro vagas de técnico-administrativos, recebidas da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, relatados no referido Relatório de 2009, informamos que os servidores estavam incorporados na Folha de Pagamentos da UTFPR, pois não havia código e estrutura da unidade, sendo que ela foi implantada somente em janeiro de 2010.

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS													
UG/Gestão: 158132 / 26415						CNPJ: 10.673.078/0001-20							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	05/2009	04.731.108/0001-05	12/05/09	31/12/11			2	2			P
2009	V	O	15/2009	04.731.108/0001-05	13/10/09	12/10/11			2	2			P
2009	L	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/10	24/01/12	7	8					P
2010	L	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/10	01/07/11	65	15					A

Legenda

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

## 4.3 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS														
UG/Gestão: 158132					CNPJ: 10.673.078/0001-20									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	01/2009	15.485.857/0001-16	06/04/09	06/04/11			1	1				P
2009	1	O	14/2009	26.838.755/0001-53	01/10/09	03/11/10			1	1				E
2009	1	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/10	24/01/12			6	8				P
2009	2	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/10	24/01/12	11	7	1	1				P
2009	3	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/10	24/01/12	9	1						P
2010	1	O	04/2010	84.965.706/0001-88	02/08/10	02/08/11			47	5				A
2010	1	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/10	01/07/11			7	0				A
2010	2	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/10	01/07/11	22	1	7	1				A
2010	3	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/10	01/07/11	10	2						A
2010	1	O	07/2010	02.590.700/0001-09	04/11/10	03/11/11			25	6				A

Legenda

**Área:**

1. Apoio Administrativo; Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2009	1	1	Reitoria
05/2009	8	2	Reitoria
14/2009	1	1	Reitoria
15/2009	8	2	Campus – Nova Andradina
23/2009	7	8	Campus – Nova Andradina
23/2009	1	8	Campus – Nova Andradina
23/2009	2	8	Campus – Nova Andradina
23/2009	3	1	Campus – Nova Andradina
04/2010	1	5	Reitoria
05/2010	2	1	Reitoria
05/2010	3	2	Reitoria
05/2010	7	2	Reitoria
05/2010	7	2	Campus – Campo Grande
05/2010	7	2	Campus – Coxim
05/2010	7	3	Campus – Corumbá
05/2010	7	1	Campus – Aquidauana
05/2010	7	4	Campus – Ponta Porã
05/2010	7	1	Campus – Três Lagoas
07/2010	1	3	Reitoria
07/2010	1	1	Campus – Aquidauana
07/2010	1	1	Campus – Corumbá
07/2010	1	1	Campus – Três Lagoas

Legenda

**Área:**

1. Apoio Administrativo; Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e Conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

## 5. Controles internos

### 5.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		X			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
<p>Considerações Gerais: Para a avaliação da estrutura do Controle Interno foram ouvidos os Pró-Reitores, considerando a atuação e os procedimentos da Auditoria Interna do IFMS.</p>					
<p>Legenda</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

## 6. Gestão ambiental

### 6.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levam em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			x		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?		x			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			x		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			x		

As licitações sustentáveis visam introduzir critérios de ordem socioambiental nos procedimentos de aquisição de bens, serviços e obras compatíveis com políticas voltadas para mudança nos padrões de consumo, objetivando a sustentabilidade do desenvolvimento e manutenção do equilíbrio ecológico, no entanto, no exercício de 2010, por estarmos em fase de implantação do Instituto, não houve significativas inserções de critérios ambientais e sociais nas licitações do IFMS.

Sabemos que a fase de implantação de qualquer Instituição requer muito da dedicação e empenho dos servidores, o que, neste caso, não faltou. Porém, o número reduzido de servidores, e a falta de experiência dos novos servidores que adentraram por meio de Concurso na Instituição, não permitiu que nos dedicássemos de forma satisfatória na questão da sustentabilidade das licitações entretanto, que em todos os processos efetuados tomou-se cuidado em esmerar-se na aquisição de bens, serviços e obras que fossem menos impactuosos quanto à questão ambiental.

Na área de projetos e obras, por exemplo, foram previstas construções de cisternas para recolhimento das águas pluviais, que, posteriormente são utilizadas na conservação de pisos, ajardinamento e até utilização em sanitários. Também nas licitações para aquisição de bens, apesar de na sua maioria termos utilizado o Sistema de “Pregão Carona”, foram observados concomitantemente o objeto que se esperava adquirir, o preço ofertado e a questão de aquisição de produtos preferencialmente biodegradáveis.

Temos consciência de que há de se considerar a adoção de critérios socioambientais sustentáveis no desenvolvimento e implantação de políticas, preocupadas com a elaboração das diretrizes das licitações sustentáveis visando a melhoria da Instituição e conseqüentemente do nosso País.

## 7. Bens imóveis

### 7.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.1.1.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF – MS	1	1
	Campo Grande	1	1
	Aquidauana	0	0
	Corumbá	0	0
	Coxim	0	0
	Nova Andradina	1	1
	Ponta Porã	0	0
	Três Lagoas	0	0
<b>Total (Brasil)</b>		2	2

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF – MS	1	2
	Campo Grande	1	2
	Aquidauana	0	0
	Corumbá	0	0
	Coxim	0	0
	Nova Andradina	0	0
	Ponta Porã	0	0
	Três Lagoas	0	0
<b>Total (Brasil)</b>		<b>1</b>	<b>2</b>

Fonte: PROAD

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158132	NA	23	5	1.800.000,00	03/07/2009	2.400.000,00	7.783,75	NA
<b>Total</b>							7.783,75	0

Fonte: PROAD / SIAFI

Nos anos de 2009 e 2010, o Instituto Federal manteve em Mato Grosso do Sul dois imóveis, um adquirido para ser a sede da Reitoria, localizado em Campo Grande. Aguarda-se a sua reforma e adequação para a transferência definitiva dos servidores lotados na Unidade para ocupação do prédio. O outro imóvel localiza-se em Nova Andradina. Em 2010, gastou-se com o imóvel de Campo Grande apenas o valor necessário para a aplicação de defensivos/inseticidas como forma de evitar a proliferação de insetos, animais peçonhentos e outros que poderiam incomodar a região vizinha, mantendo-se também a acessibilidade ao prédio.

Enquanto essa reforma não acontece, a Reitoria estabeleceu-se em uma unidade provisória, ainda em 2009, locada de terceiros, e com a inevitável ampliação dos seus quadros no exercício de 2010, viu-se compelida a oferecer mais espaço, recorrendo, então, à locação de mais uma unidade, chegando ao final de 2010 com duas unidades locadas.

## 8. Tecnologia da informação

### 8.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	2 – Analistas de TI 2 – Técnicos de TI 0 - Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		X			
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0 %				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
<p>Legenda</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p><b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p><b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p><b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p><b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p><b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

Fonte: Assessoria de Tecnologia da Informação

## 9. Órgãos de controle externo

### 9.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	011.740/2010-8	2804/2010-TCU-Plenário		DE	616/2009-TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Tecnológica Federal do Paraná					
Descrição da Deliberação:					
<p>Em cumprimento ao Acórdão 442/2010 – Plenário, realizou-se auditoria no Ministério da Educação, no período de 03/05/2010 e 11/06/2010.</p> <p>A razão que motivou esta auditoria foi sua inclusão no quadro de bloqueio da LOA (PT 12.363.1062.1178.0101 – Implantação da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina – MS).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Reitoria					100904
Síntese da providência adotada:					
<p>1. Conforme se depreende da leitura do item 3.5 do Relatório de Fiscalização do TCU, as benfeitorias citadas são as 14 (quatorze) residências previstas quando da implementação da 1ª fase das obras que, em seu projeto original de 1994, previa em seu modelo pedagógico residências que seriam destinadas ao corpo diretivo e demais servidores responsáveis pela manutenção da unidade.</p> <p>2. Informamos que a recuperação de 6 (seis) das residências já estão contempladas pelos contratos supra mencionados e atenderão inicialmente o Programa do Hotel Tecnológico (Pré-Incubadoras) e Incubadoras do <i>Campus</i> Nova Andradina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).</p> <p>3. As demais residências, no total de 8 (oito), não foram incluídas na realização do projeto de conclusão das obras da 1ª fase do empreendimento, por falta de dotação orçamentária e financeira, bem como destinação prevista, considerando que a implantação do <i>campus</i> acontece de forma progressiva.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação foi cumprida na íntegra.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

1. Esta instituição está avaliando qual destinação dará a essas obras, em função do novo modelo de gestão das instituições que atuam no seguimento agroindustrial da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

2. Salientamos que a análise quanto à destinação leva em conta diversos fatores, como: Plano de Desenvolvimento Institucional, demanda de estudantes, demanda de servidores, bem como as atividades de pesquisa e extensão.

3. Assim que definida a destinação dessas benfeitorias, bem como a dotação orçamentária e financeira, essas informações serão repassadas a esse Tribunal de Contas.

## 9.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não existem pendências de atendimento no exercício.

## 9.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	244010	1.1.2.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
Abstenha-se de realizar despesas fora dos limites orçamentários previstos e remanejamento de recursos entre dotações, sem autorização legislativa.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
Síntese da providência adotada:			
Em dezembro de 2008, por meio da Lei n.º 11.892, o Governo Federal criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MS, integrando às UG's 158031 – Escola Técnica Federal de MS e 158047 – Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. Porém essa unificação se deu no SIAFI somente em 2010, após o encerramento do exercício 2009. Assim, a partir do presente exercício, a recomendação foi atendida uma vez que as UG's já estão unificadas.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	244010	1.2.1.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos ao IFMS que avalie a conveniência e oportunidade de realizar um único processo licitatório quando houver a necessidade de atender suas unidades descentralizadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG

PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Em dezembro de 2008, por meio da Lei n.º 11.892, o Governo Federal criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MS, integrando às UG's 158031 – Escola Técnica Federal de MS e 158047 – Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina. Porém essa unificação se deu no SIAFI somente em 2010, após o encerramento do exercício 2009. Assim, a partir do presente exercício, a recomendação foi atendida uma vez que as UG's já estão unificadas.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
3	244010	1.1.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que solicite a NC Turismo Ltda. devolução do valor referente aos descontos não concedidos nas notas fiscais 50975, 51201, 51473, 52340, 52337 e previstos na proposta apresentada.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROPLAD - UTFPR			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Através do Ofício 16/2010 – PROPLAD, a Pró-Reitoria de Planejamento da UTFPR – que era tutora do IFMS na ocasião, solicitou à empresa NC Turismo Ltda. a devolução dos referido valores.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
4	244010	1.1.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904

<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que cumpra o disposto na Portaria MPOG nº 98/2003, e as sucedâneas que norteiam a aquisição de bilhetes de passagem aérea.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O IFMS tem programado as viagens por meio de emissão de bilhetes aéreos com dez dias de antecedência, abrindo exceções diante casos previstos em lei. Nessas situações excepcionais, constará no processo a devida justificativa para tal procedimento.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
5	244010	1.2.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que apure a responsabilidade pela adesão indevida à ata de registro de preços n.º 071/2008.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROPLAD - UTFPR			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
A UTFPR notificará, até o dia 01/10/2010, os servidores responsáveis pelas aquisições para que apresentem suas razões quanto aos procedimentos adotados e, se for o caso, instalará processo administrativo.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	244010	1.2.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que nas futuras aquisições de hardware avalie a conveniência da utilização preferencial do software livre, em cumprimento ao Aviso-Circular nº 40/SE-C.Civil/PR, de 24/11/2003.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Reitoria			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O IFMS não descumpriu a legislação vigente quanto à aquisição de software, uma vez que os microcomputadores se destinam a laboratórios do curso de Informática do <i>campus</i> Nova Andradina, sendo certa a necessidade de utilização de outros softwares além do livre, para que ensino atenda ao praticado no mercado de trabalho.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	244010	1.2.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que cumpra o artigo 8º do Decreto n.º 3.931/2001, somente aderindo a quaisquer atas de registro de preços após a comprovação formal da vantagem para a administração.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O IFMS estará formalizando as pesquisas de preço nas eventuais adesões a atas de registro de preço, juntando aos processos os orçamentos atualizados para a comprovação da vantagem da adesão.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	244010	1.2.3.2	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
<p>Nas licitações de obras e serviços de engenharia, que sejam elaboradas propostas orçamentárias e planilhas de composição de preços com a descrição analítica de composição do BDI e a metodologia de cálculo a ser empregada com os percentuais aceitáveis.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
Síntese da providência adotada:			
Esse item já foi alterado no modelo de licitações referente a obras e serviços de engenharia do IFMS.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	244010	1.2.3.2	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
<p>Nos editais de licitação de obras, exija dos licitantes a apresentação de suas propostas de preços com a composição detalhada de custos e a demonstração analítica do BDI praticado, com base nas propostas orçamentárias da licitação.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
Síntese da providência adotada:			
<p>No modelo de edital de licitação referente às obras do IFMS, a partir da recomendação da CGU, já consta cláusula exigindo a composição detalhada de custos e demonstração analítica do BDI pelos licitantes, conforme legislação vigente.</p>			

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
10	244010	1.3.2.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que as futuras aquisições e/ou contratações de serviços sejam iniciadas, por meio de: 1) processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa; e 2) razão técnica e financeira para a escolha do objeto adquirido ou serviço contratado.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Sector responsável pela implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Todas as demandas do IFMS relacionadas à aquisição de materiais ou à contratação de serviços são objeto de processo administrativo devidamente autuado e autorizado, contendo a justificativa, pesquisa de preços e a motivação técnica e financeira para a escolha do bem adquirido ou do serviço contratado. A instalação da Procuradoria Federal junto ao IFMS foi um avanço para a celeridade dos processos, controle da legalidade e da instrução dos feitos administrativos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
11	244010	1.3.2.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
<b>Órgão/entidade objeto da recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			

Recomendamos que antes de qualquer licitação para a reforma do prédio adquirido, seja definido no edital do certame o detalhamento da previsão dos custos da reforma.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Reitoria	100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>	
A licitação para a reforma e instalação do prédio da reitoria do IFMS só ocorrerá após o término da execução dos projetos que, atualmente, estão em fase final. Consoante recomendação da CGU, o IFMS fará constar no edital o detalhamento dos custos da reforma, procedimento obrigatório em qualquer processo dessa natureza. A fim de que a escolha de espaço físico distinto para a reitoria fique bem esclarecida, foi dada nova redação ao § 1º, do art. 1º, do Estatuto do IFMS, informando que a sua sede temporária é na Av. Afonso Pena, n.º 775, Bairro Amambai, Campo Grande/MS e a definitiva na Rua Ceará, n.º 972, Lote B, Quadra 8, vila Santos Gomes, Campo Grande/MS.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Não mensurado.	
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Não mensurado.	

## 9.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

**Não existe pendências de atendimento no exercício.**

B

Informações contábeis  
da gestão



## B . Informações contábeis da gestão

## 10 Declaração do contador

## 10.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

<b>DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS		158132	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Campo Grande, Mato Grosso do Sul	<b>Data</b>	25 de março de 2011
Contador Responsável	Diogo Pereira de Oliveira	<b>CRC nº</b>	10.260 MS



C

Conteúdo específico por  
unidade jurisdicionada  
ou grupo de unidades afins



## C. Conteúdo específico por unidade jurisdicionada ou grupo de unidades afins

## 11. Indicadores de gestão

## 11.1 Indicadores de desempenho dos IFETS nos termos do Acórdão TCU 2267/2005 - Plenário

Quadro C.7.1

<b>Relação Candidato/Vaga (ano) (RCV)</b>
$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}} = \frac{345}{320} = 1.078$
<b>Relação Ingressos/Alunos (RIA)</b>
$\frac{\text{Ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{250}{250} \times 100 = 100\%$
<b>Relação Concluintes/Aluno (RCA)</b>
$\text{RCA} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \text{Instituto em implantação, não temos alunos concluintes}$
<b>Índice Eficiência Acadêmica (Total) (IEAT)</b> (Por Modalidade de Ensino)
$\text{IEAT} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{Ingressos}} \times 100 = \text{Instituto em implantação, não temos alunos concluintes}$
<b>Índice de Retenção Escolar (IRET)</b>
$\text{IRET} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de Reprov.} + \text{n}^\circ \text{ Matric. Tranc.}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{60 + 4}{250} \times 100 = 25,60\%$
<b>Relação Aluno/Docente Tempo Integral (RADI)</b>
$\text{RADI} = \frac{\text{Alunos Matriculados (ano)}}{\text{Docentes 40h} + 40\text{h DE} + 20\text{h}/2} = \frac{250}{52 + 2/2} = 4,717$
<b>Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)</b> <i>Pesos: Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4, Doutorado=5.</i>
$\text{ITCD} = \frac{1(\text{G}) + 2(\text{A}) + 3(\text{E}) + 4(\text{M}) + 5(\text{D})}{(\text{G} + \text{A} + \text{E} + \text{M} + \text{D})} \times 100$
$\frac{1(6) + 2(0) + 3(14) + 4(28) + 5(6)}{6 + 0 + 14 + 28 + 6} \times 100 = \frac{190}{54} = 3,51\%$
<b>Gastos Correntes/aluno (GCA)</b>
$\text{GCA} = \frac{\text{Total Gastos Correntes}}{250} = \text{R\$ } \frac{5.295.747,22}{250} = \text{R\$ } 21.182,99/\text{aluno}$

**% Gastos de pessoal (%GP)**

$$GP = \frac{\text{Total de Gasto com pessoal}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{3.755.137,95}{21.000.118,43} \times 100 = 17,88\%$$

Gastos totais	21.000.118,43
---------------	---------------

**% de gastos de outros custeios (%GOC)**

$$GOC = \frac{\text{Gastos de outros custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{1.540.609,27}{21.000.118,43} \times 100 = 7,34\%$$

**% de gastos com investimentos (%GINV)**

$$GINV = \frac{\text{Gastos de Investimentos}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{15.704.371,21}{21.000.118,43} = 74,78\%$$

## Indicadores sociais

(Pesquisa realizada com os alunos ingressantes - 2010)

Renda per Capita Familiar	Nº alunos matriculado	
	2010	%
Até 0,5 Salários mínimos	0	0
De 0,5 SM até 1 SM	42	17,36
De 1 SM até 1,5 SM	15	6,19
De 1,5 SM até 2,5 SM	84	34,72
De 2,5 SM até 3 SM	55	22,73
Acima de 03 Salários mínimos	46	19
<b>TOTAL da amostra</b>	242	100
<b>TOTAL da Matrícula Anual</b>	250	
<b>Amostra em relação à matrícula anual</b>	96,80%	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul



## RESOLUÇÃO Nº 001, DE 28 DE MARÇO DE 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008;

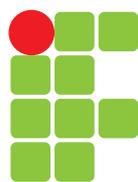
Considerando a Portaria nº 39 do Ministro de Estado da Educação, de 7 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 8 de janeiro de 2009;

### RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar, *ad referendum* do Conselho Superior, o Relatório de Gestão 2010 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul;

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcus Aurélius Stier Serpe  
**Presidente**



**INSTITUTO FEDERAL**  
MATO GROSSO DO SUL

---

Sede provisória da Reitoria: Avenida Afonso Pena, nº775  
Bairro Amambaí, Campo Grande, MS  
CEP: 79005-000  
Telefone: (67) 3042.5117  
[www.ifms.edu.br](http://www.ifms.edu.br)